

O que pode um psicanalista no tribunal? Diálogos e tensões entre Psicanálise, Psicologia Jurídica e Direito

Zeno Germano de Souza Neto

Psicanalista. Psicólogo Jurídico do Tribunal de Justiça de Rondônia. Docente dos cursos de Psicologia e Direito da Faculdade Católica de Rondônia. Doutor em Psicologia PUCRS. Mestre em Estudos Literários UNIR. Membro da Práxis Psicanalítica.

E-mail: zeno.souza@fcr.edu.br

Introdução

Não é novo o entendimento de que a psicanálise precisa dialogar com outros saberes. Autores como Derrida (2007), por exemplo, já deixaram claro que a psicanálise precisa se aproximar das outras áreas do conhecimento para participar ativamente das transformações do mundo. Este entendimento coloca a questão da psicanálise como uma práxis para além da clínica, constituindo-se também como uma reflexão sobre a cultura que abarca uma dimensão sociopolítica (ROSA, 2016; COSTA e COSTA-ROSA, 2020), vide as relações entre psicanálise e literatura ou psicanálise e política.

A aproximação dialógica com outros saberes e em especial os saberes ditos humanos e sociais, comporta então o desafio da aplicabilidade psicanalítica para além das paredes dos consultórios particulares, temática que foi apresentada de forma incipiente por Freud (1919/2000) e outros analistas contemporâneos do fundador da psicanálise, naquilo que Danto (2019) muito bem escreveu na obra denominada *As clínicas públicas de Freud* e transformada em reflexões e práticas nos mais diversos espaços há pelos menos mais de 30 anos. (VITOR e AGUIAR, 2011; MACHADO e CHATELARD, 2013). Hoje vemos psicanalistas nos campos sociais, da saúde, da educação e, foco deste ensaio, no campo jurídico. Todavia, a expressão “psicanálise aplicada” é alvo de rejeição em vários meios psicanalíticos (ROUDINESCO e PLON, 1998).

Kobori (2013) cita que Mezan (1985), Herrmann (2001) e Laplanche (1987) concordam que o termo “aplicação” da psicanálise cria uma compreensão equivocada quanto ao alcance psicanalítico, denotando o sentido de que a Psicanálise seria um conhecimento pronto e acabado, podendo assim ser

meramente “aplicado” a outras áreas do conhecimento (apud KOBORI, 2013). Assim, a utilização do termo psicanálise “aplicada” poderia gerar uma conotação de transposição total de um saber/teoria acabado, oriundo da clínica, para fenômenos além do escopo da clínica, como cultura e sociedade. Esta condição de algo já sabido nega os pressupostos metodológicos da psicanálise como um conhecimento científico; sua proposta de construção do conhecimento privilegiando o não saber, a descoberta de algo novo a partir do que se apresenta aos sujeitos.

Em função deste argumento, Herrmann (2005) propôs a expressão *clínica extendida* e Laplanche (1987 apud KOBORI, 2013) *psicanálise extramuros*. No Congresso da FEPAL de 2016, em Cartagena na Colômbia, foi cunhada uma expressão que consideramos adequada para auxiliar a diferenciar o método analítico vinculado à clínica daquele vinculado ao trabalho em outras áreas do conhecimento: *psicanálise a céu aberto*. (KHOURI e NETO, 2016; BADIA, 2019). Neste sentido estaríamos ampliando os espaços onde o método poderia ser usado dando uma conotação de maior liberdade quanto ao alcance de suas possibilidades. Outro termo que tem sido utilizado por vertentes lacanianas da psicanálise é o de *psicanálise implicada*, aquela constituída pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social (ROSA, 2012).

Miranda Jr (2010) deixa claro que, ao se falar da aproximação da psicanálise com outros conhecimentos, não se trata de *aplicar* a teoria psicanalítica e sim, produzir interdiscursividade, pois entende que a descoberta freudiana está implicada em outros discursos com os quais ela se confronta além da clínica propriamente dita.

Disto isso então, não se trataria de colocar as teorias psicanalíticas dentro do campo de outro saber para apenas “interpretá-lo” à luz dos conceitos e fundamentos do inconsciente, como fez Freud, mas sim, a partir de um diálogo interdisciplinar que se pretenda crítico e sensível, possibilitar que novos entendimentos e produções possam advir e alcancem tanto pontos meramente teóricos quanto aspectos de uma prática. Esta prática unida com a teoria seria tanto aquela possível aos psicanalistas que transitem nesse diálogo, mas também que fomente a ação dos demais agentes envolvidos na troca entre os conhecimentos.

Obviamente este ensaio se volta para a junção teoria e prática (práxis) dos psicanalistas em âmbito jurídico, pois a relação entre psicanálise e direito, especificamente através do campo conhecido como *psicologia jurídica*, é o alvo das

reflexões deste texto, tanto naquilo de possível que constrói o diálogo entre os saberes, quanto no que existe de impossível na relação e que marca uma tensão na aproximação entre o discurso e a prática psicanalítica dentro da psicologia jurídica, e no campo do direito.

Quando a psicanálise encontra o direito

A Lei no direito é entendida em seu aspecto geral, enquanto um conjunto de normas jurídicas com o estabelecimento da ordenação das condutas sociais com a previsão das sanções. Assim, o Estado está sempre implicado, pois deve zelar pelo cumprimento da norma e garantir as relações sociais. Falamos então de dois momentos; aquilo que é permitido/proibido e as sanções que expressam a observância da infração das normas (RUBIO, 2011).

No que refere ao tema central desse texto, as possibilidades iniciais de diálogo com o direito já se mostram na obra de Freud (1906/2000;1916/2000) ainda que muito mais para tentar interpretar o mundo jurídico a partir dos fundamentos psicanalíticos do que na perspectiva interdisciplinar que apontamos.

Tomando dois textos freudianos capitais sobre a relação entre psicanálise e direito no que se refere à área criminal, em *A Psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos* (1906), Freud escreveu sobre a utilização da associação livre para que se obtenha maior fidedignidade nos depoimentos realizados à justiça. De fato, o texto é inconcluso quanto ao entendimento do pai da psicanálise sobre se apoiava ou não tal prática. O que se percebe é que, apesar de demonstrar interesse na aproximação entre os saberes, Freud questionou tal ligação, ressaltando a impossibilidade prática de uma reprodução experimental das condições psicológicas presentes no interrogatório de uma pessoa acusada de um crime. O que acontece num tribunal impediria a instalação do dispositivo da escuta psicanalítica devido a uma posição egóica e defensiva do indivíduo escutado e que é potencializada tanto pela figura do juiz quanto por todas as demais características que envolvem a instituição jurídica.

Já no texto *Criminosos por sentimento de culpa* (1916), Freud, também pensando sobre a relação da psicanálise com o direito penal, defende a tese de que existem crimes que são praticados pela culpa inconsciente do sujeito que praticou o ato delituoso. A culpa viria das questões subjetivas do criminoso atrelados a sua forma

de transitar dentro do fenômeno psíquico universal para a psicanálise, o *Complexo de Édipo*, e com isso, a necessidade da punição.

Como ponto de partida para essa aproximação da psicanálise com o direito de forma mais ampla, tomemos a compreensão de que a psicanálise tem uma teoria da Lei, especialmente trabalhada por Freud em *Totem e Tabu* (1913/2000), considerado pelo próprio pai da psicanálise, o seu texto mais importante ao lado da obra *A interpretação dos sonhos*.

A problemática da Lei é então posta por Freud em *Totem e Tabu* (1913/2000). No texto temos a primeira grande elaboração do Complexo de Édipo como lei que organiza os laços sociais a partir da questão do pai e de como os filhos lidaram com isso. No texto freudiano a forma como os filhos lidam com a questão do pai, um pai opressor, líder da horda primitiva, que concretiza o incesto ao ter todas as fêmeas para si, é por meio do assassinato desse pai.

Em *Totem e Tabu* Freud formulou, através do mito do assassinato do pai da horda primitiva, a necessidade de restringir tanto a sexualidade quanto a agressividade elementos inerentes à cultura. A horda primitiva era formada por um líder (um correlato do pai) que tinha exclusividade de acesso a todas as fêmeas e que acabava por expulsar do grupo todo e qualquer membro que o desafiasse. Certo dia, os membros do clã (correlato de irmãos) se reuniram e se voltaram contra o líder "pai", o assassinaram e o devoraram. Nesse ato foi possível manifestar todo ódio pelas restrições que lhe eram impostas, mas também expressar o amor, buscando identificar-se com o poder deste "pai" ao incorporar sua carne.

Após o assassinato, o sentimento foi ambíguo: ao mesmo tempo satisfação pelo ato libertador, mas também muita culpa. A partir daí o clã teve de enfrentar um novo problema pois nenhum "irmão" poderia ocupar o lugar do "pai", sob pena de ter o mesmo destino de morte e devoração. Assim, o sistema totêmico surgiu como uma alternativa que institui as proibições da horda primitiva de forma simbólica, o Totem, que estabelece basicamente duas regras fundamentais: não matar o animal totêmico e não ter relações sexuais com as mulheres do mesmo clã (a proibição do incesto), regulando assim a agressividade e a sexualidade. Essa regulação totêmica ao mesmo tempo preserva a formação do clã, estabelece as regras para a vida conjunta, conduz ao afastamento do clã e promove o encontro sexual com membros de outro clã. (SILVA, 2012)

Como bem aponta Guyomard (2007), a questão desenvolvida por Freud em *Totem e Tabu* sobre o assassinato do pai, assassinato este que resultou na fundação da lei, é que os filhos mataram o pai da horda para se libertarem da tirania deste ou, podemos dizer, por ciúmes, para fazer parar seus excessos (seu gozo), mas também para que estes filhos pudessem fazer a mesma coisa. Ou seja, os filhos mataram para poder fazer o mesmo que seu pai fazia e serem livres. Ocorre que ao matar, perceberam que não podiam ser livres e passaram a ser obrigados a encontrarem um entendimento entre si. Em outras palavras, a lei do pai foi criada pelos próprios filhos.

Assim, o mito freudiano do assassinato do pai e seus efeitos sobre os filhos é a fundação do que passamos a conhecer como humanidade, com o incesto e o parricídio tornando-se um desejo interditado a estes filhos, condição essa, completamente estruturante da condição humana. Como escreveu Mougín-Lemerge (2010), a lei humaniza o homem, protegendo-o da fusão, da loucura e do assassinato. Cada criança que chega ao mundo dos humanos está fadada a ter que dar conta desse interdito. A barreira contra o incesto se constituirá enquanto A Lei (a proibição do assassinato do pai).

Esta Lei para a psicanálise é o Complexo de Édipo, cenário psíquico que representa a existência do desejo e a necessidade de interditá-lo. Este desejo é o desejo o incesto e do parricídio da criança que com a entrada da Lei, vai saber que não poderá realizar seu desejo e precisará encontrar outras formas de realização do desejo (seus substitutos). A partir daí, poderemos pensar a instância psíquica do *supereu*, a parte do nosso psiquismo que funciona como um juiz e decide o que podemos/devemos ou não fazer.

Todavia, ao contrário do direito, a psicanálise não é normativa. Ela relativiza as leis e mostra que a adaptação excessiva às leis de uma sociedade pode até ser sinal de sofrimento, por exemplo, o que Freud (1908/20000 aponta em *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna*. Podemos então dizer com a psicanálise que o desejo funda a lei, mas a lei não anula o desejo, daí resulta a necessidade de manutenção das normas para que haja a contenção mínima do desejo. Todavia, como o desejo seguirá pulsando e buscando a consciência teremos o que a teoria psicanalítica (em especial a teoria de Lacan) nomeia como *sujeito do inconsciente* (que difere da pessoa) com a falta que baliza a condição humana e seus modos

estruturantes de fazer laços sociais. (NASCIMENTO, 2016)

A lei jurídica precisa assim, da internalização da lei psíquica e consequente submissão (ora, o que esperar de um perverso diante da lei além da indiferença?). Ao mesmo tempo não parece estranharmos que a lei psíquica precisa também encontrar eco na execução das leis jurídicas e sociais. Como aponta Mougin-Lemerle (2010), o sujeito humano é uma construção e para se compreender a constituição do sujeito do desejo humano é necessário estudar as articulações entre o jurídico e o psíquico.

O surgimento da psicologia jurídica. E a psicanálise nisso tudo?

Para Trindade (2020), o direito e a psicologia estão destinados a se entender pois se interessam pelo mesmo objeto, o comportamento humano. Em que pesem diferenças epistemológicas e de características distintas quanto ao que e ao como se espera saber algo do objeto, a compreensão geral é que ambos os saberes teriam no comportamento um objeto de estudo e apreensão do fenômeno humano. A psicologia se interessa em compreender o comportamento humano enquanto o direito regula o comportamento e prescreve condutas.

E a psicanálise? O que podemos pensar sobre a relação psicologia jurídica e psicanálise

que nos ajude a refletir melhor sobre o diálogo com o direito?

O campo *psi* e o direito penal aparecem na história sendo representados pela psiquiatria como marco zero da relação do mundo jurídico com o saber sobre o psiquismo. A medicina ocupou (e ainda ocupa) primeiro o lugar de uma expertise sobre um fenômeno que está para além do direito e que os operadores do mundo jurídico por isso, não assimilam muito bem. Passou a ser preciso que houvesse o *expert* para poder dizer algo aos operadores do direito sobre o psiquismo, inicialmente para haver entendimento sobre características e motivações do comportamento criminoso e como isso se articularia com a insanidade mental. Atualmente esta busca por respostas está também no campo da infância, adolescência e das famílias.

A expertise do profissional da psicologia gera a condição da perícia psicológica, uma análise técnica de uma situação, um estado ou um fato, no caso específico, uma análise psicológica representada por meio de documento técnico da Psicologia que

resulta em uma prova processual, gerando uma possível contribuição para a tomada de decisão do magistrado.

Rabelo e Silva (2017) apontaram a atuação do psicólogo como perito judicial estando devidamente legitimada pelo Decreto no 53.964 de 21 de janeiro de 1964 (Brasil, 1964), que regulamenta a Lei no 4.112, na qual se dá a criação da profissão. A legitimação também aparece através do órgão da classe, Conselho Federal de Psicologia (CFP) que definiu as atribuições profissionais do Psicólogo no Brasil enviado ao Ministério do Trabalho para integrar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O CFP regulamenta a atuação do psicólogo como perito por meio da Resolução 017/2012 (CFP, 2012) e da Resolução 008/2010 (CFP, 2010).

A entrada do profissional da psicologia no mundo jurídico no Brasil está diretamente relacionada ao Estatuto da criança e adolescente (ECA) de 1990. Esta lei foi e é fundamental para o reconhecimento da psicologia na interface com o direito, criando espaço para que a psicologia compareça de várias formas nas atuações envolvendo crianças e adolescentes, o que levou a atuações mais amplas do que apenas a realização de perícias. Tal amplitude para além da perícia atualmente pode ser vista não apenas nos temas diretamente vinculados às crianças e aos adolescentes, mas também em temas de família como as práticas de mediação familiar exercidas por psicólogos mesmo em âmbito judicial. (TAVARES, 2018)

A atuação como profissional perito e as respostas para as demandas judiciais colocam questões que podem ser tratadas de forma distintas dependendo das propostas teóricas de cada psicólogo. E quando o psicólogo é um psicanalista? Vamos pensar então que, quando a referência teórica do psicólogo em âmbito jurídico é a psicanálise, será com aquilo que a teoria psicanalítica tem a oferecer que o psicólogo balizará seu trabalho de perito ou mesmo quando estiver em outras atuações não periciais, mas que mantendo o campo psicojurídico.

O objeto da psicanálise, o inconsciente, não é então o mesmo objeto da psicologia e tampouco do direito. Isso nos coloca diante de uma tese em que o psicanalista terá uma dificuldade de outra ordem ao lidar com as demandas jurídicas que são voltadas para o comportamento das pessoas envolvidas em processos judiciais. Por outro lado, se compreendermos que o inconsciente e manifestações como as defesas psíquicas por exemplo, se expressam também por meio do comportamento, que será apresentado junto com um discurso, resta ao psicanalista o desafio de

congregar sua análise do comportamento com a leitura dos fenômenos inconscientes. Disto isto, outros aspectos se colocam.

Uma das questões a que será preciso atentar é que a psicologia pode ser entendida como um conhecimento eminentemente técnico que muitas vezes privilegia padrões de conduta e padrões metodológicos de atuação e que induzem ao fomento do lugar do *expert*, detendo (ou pensando deter) as respostas para as demandas dos operadores do direito em detrimento a questões críticas. Quando o psicólogo é psicanalista, ao menos da forma como entendo que deva ser e estar um psicanalista, espera-se que esteja liberto destes ideais tecnicistas e coloque a psicologia jurídica numa posição de crítica e de reflexão ética constante ao responder ao mundo jurídico. Não se trataria enfim, de atuar apenas como um saber auxiliar ao direito com a tarefa fundamental de dar as respostas que o direito exige.

Obviamente, quando refletimos sobre o vasto campo da psicologia, sabemos que existem outras formas de atuação psicológica que não renunciam ao espírito crítico e questionam o tecnicismo. Tal postura não é exclusividade da psicanálise, mas não tenho dúvidas de que para a psicanálise tal condição, que também é política, é deveras fundamental.

Outro ponto que entendo importante é a questão da verdade no discurso jurídico em contrapartida ao discurso científico. Foucault (1973) em sua obra *A verdade e as formas jurídicas* já havia salientado que o Direito é atravessado pela disciplina e pela norma e que isso tem impactos sobre os discursos e as práticas a partir do ordenamento jurídico.

Legendre (2010) diz que o direito é fundamentalmente uma operação do discurso e como tal, precisa de um discurso dogmático que diga sempre a verdade, que tal como o poder, se constitui enquanto uma função que regulará as relações sociais. Nesse sentido, quando demanda uma expertise, o operador do direito espera também uma resposta objetiva que o coloque em condições de seguir com as tomadas de decisão inerentes ao seu trabalho, não será diferente quanto aquilo que é dirigido aos profissionais do campo *psi*.

A psicologia jurídica como já dito aqui, a depender da compreensão e intenções do *expert*, pode aparecer como um saber que dirá uma verdade em suas respostas para a demanda judicial uma vez que em Foucault (2013) os saberes *psis* aparecem como uma disciplina, um conjunto de técnicas ou mecanismos cujo objeto é o corpo

dos indivíduos para definir uma verdade/normalização.

A psicanálise e outras propostas teóricas que mantenham uma verve crítica das instituições e dos laços sociais, colocará o perito diante da impossibilidade de funcionar como preceptor de uma busca para a verdade jurídica. Dito isto, não significa que não haja a necessidade de responder ao direito, mas que as respostas abarcarão tanto a impossibilidade da verdade sempre objetiva, como também outras questões percebidas pelo *expert* e que escapam ao olhar jurídico. Como já apontou Derrida (2007), pensar as diferenças entre lei e justiça implica na desconstrução do discurso jurídico a partir da tensão existente entre a objetividade e a subjetividade.

A outra cena psicanalítica

Partindo da ideia de que no trabalho em âmbito jurídico estará as voltas com a necessidade de construir um laudo ou outro documento similar, o que um psicanalista precisará fazer uma vez atuando na psicologia jurídica, será articular o conhecimento da psicanálise aos conteúdos oriundos da seara jurídica. Isto implica em primeiro lugar, reconhecer que o campo complexo da trama de conceitos psicanalíticos (édipo, fantasia, sujeito do inconsciente, defesas psíquicas etc.) trazem em si uma articulação nem sempre fácil. (MIRANDA Jr, 2010)

Na relação da psicanálise com o Direito de Família por exemplo, essa articulação exigirá trabalhar a partir de uma leitura diferente daquilo que o sujeito fala. A partir disso o psicanalista vai entendendo o litígio como um sintoma das disfunções familiares e conflitos subjetivos do indivíduo nos casos envolvendo direito de família e assim, procurando deixar que a fala se apresente de modo a indicar a dinâmica psíquica dominante e a partir daí suas motivações. Isto posto, temos referenciais para o trabalho de articulação.

Uma dificuldade comum no trabalho em âmbito jurídico será o fato de que as pessoas atendidas não procuram o atendimento *psi* por livre e espontânea vontade e sim obrigadas pelos trâmites processuais, colocando em cena a questão da dissimulação como variante a ser considerada na avaliação. Para o psicólogo psicanalista este cenário implica na necessidade de análise do discurso que leve em conta um tipo de laço transferencial que aponta para as fortes diferenças entre a escuta no enquadre clínico e o enquadre psico-jurídico. Dizemos com isso, que o psicanalista não trabalhará com a associação livre que habitualmente encontra na

sua clínica com neuróticos. Ao mesmo tempo, o psicanalista seguirá buscando escutar o sujeito do inconsciente.

O que podemos entender disso? Que o psicanalista tentará sempre ir, na sua escuta, para além do que está nos autos processuais, recusando-se a ficar preso ao discurso meramente jurídico (em que pese não dever ignorá-lo.). Assim, as entrevistas, procedimentos essenciais, apesar de ainda terem que manter o foco relacionado aos temas que envolvem a demanda, terão como características uma condução mais aberta que possibilite um espaço de fala ao entrevistado e guardando com isso uma similaridade com o manejo clínico.

A tradução necessária das demandas jurídicas para demandas *psi* (SHINE, 2022) é então um trabalho que se impõe ao psicanalista. Ou seja, com os conceitos da psicanálise, oferecer uma resposta não jurídica que permita aos operadores do direito pensar e decidir sobre a demanda judicial. Isso deverá aparecer tanto nos atendimentos quanto principalmente nos laudos, ainda o meio mais utilizado para materializar o trabalho *psi* junto ao direito.

Conclusão

A prática no campo da interdisciplinaridade que envolve o direito, a psicologia e a psicanálise, vem se mostrando ao psicanalista um espaço complexo que exige a articulação dos conceitos psicanalíticos essenciais com o campo jurídico. Tal articulação não é simples e não pode prescindir de se fazer entender ao âmbito legal como possibilidade de contribuição, mesmo que suas respostas ao direito tragam mais reflexões do que certezas.

O lugar da psicanálise nessa relação não será um lugar de submissão ao conhecimento jurídico. Principalmente se a atuação for enquanto a de um perito, como ocorre com os psicólogos jurídicos, cabe ao psicanalista oferecer uma outra cena, uma outra leitura dos fenômenos legais, que geralmente, não é alcançada pelos operadores do direito e muitas vezes também pelos psicólogos estranhos à psicanálise.

De toda forma, podemos entender que a interdisciplinaridade pretendida, não depende apenas dos psicanalistas e dos psicólogos, mas fundamentalmente, depende ainda de uma disponibilidade interna daqueles que tem por tarefa dizer e fazer o direito.

Referencias

BADIA, B. C. *Psicanálise a céu aberto: Dispositivo clínico na rua*. (2019). Disponível em

<https://petconexoes.paginas.ufsc.br/files/2019/09/Artigo-PET-Beatris-Badia-2.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 017/2012* (2012).

Disponível em

www.crpssp.org/uploads/legislacao/1502/Akp3YwjLUxM17upGUt3qr3YcYwivHwlx.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 008/2010* (2010).

Disponível em

[Resolução CFP Nº 008/2010 - Transparência do CRP 01](#)

COSTA, M.F; COSTA -ROSA, A. *Psicanálise em face à política: uma postura e uma análise*. (2020). Disponível em

<https://www.scielo.br/j/agora/a/RHHVjTCcq33wcH9dPw56Byt/?lang=pt>

DANTO, E. A. *As clínicas públicas de Freud; Psicanálise e Justiça Social, 1918-1938*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DERRIDA, J. *Força da lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUNLEY, G. P. *Psicanálise e direito: um diálogo possível?* (2011). Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v43n1/v43n1a08.pdf>

Estatuto da criança e adolescente (ECA) de 1990. Disponível em [L8069 \(planalto.gov.br\)](#)

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 4ª ed. São Paulo: NAU, 2013.

FREUD, S. A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos. (1906). In: *Obras Psicológicas Completas*. Vol. 09. Rio de Janeiro: Imago, 2000. [CD-ROOM]

FREUD, S. Totem e Tabu (1913). In: *Obras Psicológicas Completas*. Vol.13. Rio de Janeiro: Imago, 2000. [CD-ROOM]

FREUD, S. Criminosos por sentimento de culpa (1916). In: *Obras Psicológicas Completas*. Vol. 14. Rio de Janeiro: Imago, 2000. [CD-ROOM]

FREUD, S. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna (1908). In: *Obras Psicológicas Completas*. Vol.09. Rio de Janeiro: Imago, 2000. [CD-ROOM]

GUYOMARD, P. A Lei e as leis. In: ALTOÉ, S. (org). *A Lei e as leis: Direito e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2007.

HERRMANN, F. Introdução: Clínica extensa. In L. M. C. Barone (Org.), *III Encontro psicanalítico da teoria dos campos por escrito: A psicanálise e a clínica extensa* (pp. 12-33). Casa do Psicólogo, 2005

HERRMANN, F. *Introdução à teoria dos campos*. Casa do Psicólogo, 2001

KOBORI, E. T. *Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura* (2013). Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n2/a06.pdf>

KHOURI, M. G ; NETTO, O. F. L. *Psicanálise a céu aberto*. J. psicanal. vol.49 no.91 São Paulo dez. (2016). Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352016000200009

LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1987

LEGENDRE, P. Seriam os fundamentos da Ordem Jurídica razoáveis?. In: ALTOÉ, S (org). *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo*. 3ºed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

MACHADO, M. D. V; CHATELARD, D. S. *A psicanálise no hospital: dos impasses às condições de possibilidades*. Ágora (Rio de Janeiro) v. XVI n. 1 jan/jun (2013). Disponível em <https://www.scielo.br/j/agora/a/gFB8D6wyBJQxwVHydd3GTwx/?format=pdf&lang=pt>

MAIA, C. Y. M. *A Psicologia Jurídica*. (2015). Disponível em <https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-trajetoria-da-psicologia-juridica.pdf>

MIRANDA Jr. H. C. *Um psicólogo no Tribunal de Família: A prática na interface Direito e Psicanálise*. Belo Horizonte: Artesã, 2010.

MOUGIN-LEMERLE, R. Sujeito do direito, sujeito do desejo. In: ALTOÉ, S. (org). *Sujeito do direito, sujeito do desejo Direito e Psicanálise*. 3º ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

NASCIMENTO, U. *Repensando o sujeito em Lacan e a gênese do sujeito do inconsciente*, (2016). Disponível em www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28227/28227.PDF

RABELO, L. D. B; SILVA, J.A. *A perícia judicial como atuação do psicólogo do trabalho*. (2017). Disponível em [16.pdf \(bvsalud.org\)](http://16.pdf(bvsalud.org))

ROUDINESCO, E; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. Rio de Janeiro: Escuta, 2016.

RUBIO, J. M. *Psicologia jurídico-forense e psicanálise*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Letra Viva, 2011.

SILVA, M. M. *Freud e a atualidade de O mal-estar na cultura*. Analytica vol.1 no.1 São João del Rei dez. (2012). Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972012000100004

SHINE, S. *Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos na Justiça*. Belo Horizonte: Artesã, 2022.

TAVARES, K. M. C. *Avaliação psicológica no contexto jurídico: demandas e práticas no direito de família*. Revista Especialize On-line IPOG - Goiânia - Ano 9, Edição nº 15 Vol. 01 julho (2018). Disponível em <https://ipog.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/kaylla-maria-castro-tavares-psvit002-218213.pdf>

TRINDADE, J. *Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito*. 9ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2020.

VICTOR, R. M; AGUIAR, F. *A clínica Psicanalítica na Saúde Pública: desafios e possibilidades*. Psicol. cienc. prof. 31 (1). (2011). Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XYmFfxRFXTKM8VFrWfBykgJ/?lang=pt>